

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRESENTE NOS PANFLETOS DA UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA (1955-63)

The environmental education present in pamphlets of the Protective Union of Nature (1955-63)

PEREIRA, E. M.

Recebimento: 20/11/2009 – Aceite: 02/12/2010

RESUMO: O artigo trata do projeto de proteção à natureza, desenvolvido por Henrique Luiz Roessler, a partir de 1955, com a criação da União Protetora da Natureza, em São Leopoldo-RS. Através da análise de uma seleção de panfletos produzidos e distribuídos por Roessler, foi possível verificar características de educação ambiental presentes em sua campanha educativa. Embora ainda em caráter rudimentar, e imbuído das características da época em que foi produzido (anos 1950-60) o trabalho de Roessler pode ser pensado como representativo de uma das primeiras atividades de educação ambiental no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Panfletos da UPN. Educação ambiental. Proteção à natureza. Henrique Luiz Roessler. História ambiental.

ABSTRACT: The article deals with the project of protection of the nature, developed by Henrique Roessler Luiz, from 1955, with the creation of the Protective Union of the Nature, in São Leopoldo-RS. Through the analysis of a selection of pamphlets produced and distributed by Roessler, it was possible to verify characteristics of environmental education in his educative campaign. Although still in its rudimentary, and imbued with the characteristics of the time it was produced, the years 1950-60, the work of Roessler can be thought of as representative of one of the first environmental education activities in Rio Grande do Sul

Keywords: Pamphlets of the UPN. Environmental education. Protection to the nature. Henrique Luiz Roessler. Environmental history.

Introdução

Fundada em 1º de janeiro de 1955, a União Protetora da Natureza (UPN) foi a provável primeira entidade de proteção à natureza do Rio Grande do Sul. Com sede em São Leopoldo-RS, atuou durante oito anos, até a morte de seu fundador e único presidente, Henrique Luiz Roessler, em 14 de novembro de 1963.

Roessler (1896-1963) assumiu, em 1939, o cargo de Delegado Florestal Regional, em São Leopoldo. Sua função era vinculada ao órgão “Serviço Florestal”, criado em 1938, pelo Decreto-Lei n. 982¹, para ocupar-se da guarda e conservação das florestas brasileiras, conforme as orientações do primeiro Código Florestal Brasileiro (Decreto-Lei 23.793, de 23 de janeiro de 1934). O Serviço Florestal era subordinado ao Ministério da Agricultura e vigorou até 1963 (VIANNA, 2004, p. 13). A função de Roessler, não remunerada, colocava-o em contato com caçadores, desmatadores e empresas poluidoras do Rio dos Sinos e de outros rios. Através desse trabalho, constituiu uma rede de colaboradores que, além de fiscalizar as áreas florestais de seus respectivos municípios, informavam-no das contravenções à natureza, ocorridas em várias localidades do Rio Grande do Sul².

Ainda empossado como Delegado Florestal, Roessler confeccionou vários panfletos para conscientizar as pessoas a respeito da caça predatória, da pesca com dinamite, da matança de peixes na irrigação das lavouras, das fundas (bodoques, estilingues) para matar passarinhos, etc. No final de 1954, foi destituído do cargo, com a alegação de que serviços não remunerados não eram permitidos no Estatuto do Servidor Público (BRASIL, Lei 1.711, 28/10/1952).

No primeiro dia de janeiro de 1955, em São Leopoldo, Roessler fundou a UPN. Reunindo seus companheiros de perseguição aos

desmatadores e passarinhos, funcionários públicos, jornalistas, comerciantes e advogados, em 1957, a Instituição já contava com cerca de 280 sócios.

Roessler também deixou muitos textos escritos sobre a temática ambiental. Foi cronista do jornal *Correio do Povo*, no suplemento *Correio do Povo Rural*, de 1957 a 1963. Publicou cerca de 300 crônicas sobre reflorestamento, criticou caçadores e pescadores irresponsáveis, bem como denunciou maus-tratos a animais, a poluição dos rios e avaliou as consequências do tão propagado “progresso”.

A UPN distribuía material de conteúdo educativo, com orientações sobre proteção à natureza, no formato de panfletos/folhetos para agricultores, órgãos públicos, e à população em geral; contudo, seu principal foco eram as escolas. Será procedida a análise de alguns panfletos selecionados³, para atingir o objetivo deste artigo, que é verificar quais as características de educação ambiental que estavam presentes na campanha da UPN. Eram distribuídos em, cerca de, 3.000 escolas do Rio Grande do Sul. Nesses materiais, Roessler pedia a ajuda de pais e professores, no sentido de ensinarem as crianças e os jovens a preservarem as florestas, os rios, os animais em geral e, principalmente, os passarinhos.

Referenciais teóricos

A ideia de que se podia utilizar a Educação para preservar o meio ambiente surgiu na Conferência de Estocolmo, promovida pela Unesco, em 1972, quando foi recomendado que se organizasse um encontro para debater o tema. Em 1977, na cidade de Tbilisi – Geórgia, URSS – ocorreu a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Esse evento é considerado um marco no desenvolvimento de um campo de Educação ambiental (DIAS, 1992; PEDRINI, 1998; RUSCHEINSKY, 2002).

Isabel Carvalho (2000, p. 54-55) considera o ambiental como um novo campo de ação político-pedagógica. Para a autora, talvez ainda esteja longe o tempo em que a sociedade e a natureza possam formar uma nova aliança, e esse é o trabalho a ser feito, através da Educação ambiental. Seu papel, como fomentadora da cidadania, é “a afirmação de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa” (CARVALHO, 2000, p. 58).

A Educação ambiental, portanto, possui um caráter político muito forte. Segundo Reigota (2006, p. 10), [...] a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”.

Esse autor considera a Escola um local privilegiado para se realizar a Educação ambiental. Henrique Roessler já tinha percebido a importância do ambiente escolar para divulgar ensinamentos de proteção à natureza. É interessante investigar o caráter de sua campanha educativa, que possui vários elementos em comum com os preceitos da Educação ambiental, como a finalidade de conscientizar os cidadãos a preservarem a natureza com vistas ao futuro⁴. Porém, não se pode cair no relativismo e comparar as iniciativas de Roessler com uma campanha de Educação ambiental como se conhece hoje. Trata-se de algo diferente, em caráter embrionário ainda, na verdade abrindo o caminho de maneira inovadora, pois o normal na época era educar as crianças para matarem passarinhos e não para protegê-los.

A pesquisa também se insere no campo da História Ambiental, pois o exame dos panfletos de Roessler pode contribuir para um melhor entendimento das relações homem-natureza, no Rio Grande do Sul, nos anos 1950-60. Especialmente, no caso deste estudo, pode colaborar para um melhor enten-

dimento de projetos de proteção à natureza, que ocorreram antes do movimento ecologista, constituído como novo movimento social, na década de 1970. Além disso, pode fornecer elementos para a compreensão de como funcionou uma campanha educativa de proteção à natureza, antes de haver um campo de Educação ambiental, e do conceito ter sido popularizado.

Para analisar os panfletos da UPN, parte-se do pressuposto de que são documentos construídos, com uma intencionalidade, por Henrique Roessler. Embora a maioria dos panfletos foi ilustrada com desenhos, a concepção de Boris Kossoy podia ser útil, pois salienta que (no caso, a fotografia) “é uma representação a partir do real, uma representação onde se tem um aspecto selecionado daquele real, organizado cultural, técnica e esteticamente, portanto ideologicamente” (2002, p. 59).

A União Protetora da Natureza

Em 1º de janeiro de 1955, Roessler fundou a União Protetora da Natureza, em São Leopoldo. Seus primeiros integrantes foram, em grande parte, pessoas que já colaboravam com o trabalho desenvolvido no Serviço Florestal, especialmente os companheiros de trabalho. Roessler mandou publicar os estatutos da Entidade e distribuir aos sócios, em forma de livreto, com uma capa de cartolina azul. O livrinho era constituído de oito páginas e dividido em seis capítulos.

Logo no primeiro capítulo, mencionava-se o “raio de ação em todo o Estado do Rio Grande do Sul” (ESTATUTOS, 1955, p. 2), podendo a UPN criar filiais em todas as cidades gaúchas. No segundo capítulo, constavam os objetivos da sociedade, com “finalidades puramente ideais e culturais, excluídos quaisquer interesses materiais e protegerá as riquezas naturais, especialmente a flora e

a fauna, de acordo com as leis vigentes” (p. 2-3). Ficava claro, desde o início, o caráter protecionista da natureza, dando ênfase aos animais e plantas.

Na sequência, tinha por objetivo aprimorar a “educação do povo, notadamente da infância e juventude, no sentido de inspirar-lhe e desenvolver-lhe no espírito os sentimentos de amor, caridade, respeito e justiça no trato dos seres e coisas da natureza, por meio de intensiva e persistente propaganda, para cujo fim será solicitada a colaboração dos mestres e do clero” (ESTATUTOS, p. 3). Percebe-se a importância da educação no trabalho da UPN, uma das bases em que a entidade se alicerçava.

Outro objetivo interessante era o pleito “junto aos poderes públicos a criação de novas leis de proteção à natureza ou o aperfeiçoamento das existentes” (p. 3). Para Roessler, era necessário um aprimoramento na legislação ambiental. No caso do Rio Grande do Sul, só na década de 1970 começou a se formar um “corpus” de leis propriamente ambientais, culminando com o Código Estadual do Meio Ambiente (Lei nº. 11.520, de 03 de agosto de 2000). Apesar de o próprio Roessler denunciar que as leis não eram observadas, reconhecia a necessidade delas, e de seu rigor, na tentativa de coibir os infratores.

A UPN se mantinha com doações de sócios e simpatizantes. Com frequência, o presidente reclamava do atraso dos sócios em suas contribuições. Era, muitas vezes, o dinheiro do próprio Roessler que pagava as contas da Associação.

De acordo com o Estatuto, a UPN era administrada por uma Diretoria eleita bienalmente e composta de Presidente (o representante legal em Juízo – Roessler foi o primeiro e único presidente), Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, um Conselho Diretor, com 10 membros permanentes e 3 temporários, 2 Assistentes Jurídicos e 1

Chefe de Divulgação. Havia 5 categorias de sócios: **Fundadores** (os que assinaram a Ata de Fundação); **Contribuintes** (os que ingressaram no quadro social depois da Fundação); **Beneméritos** (recebiam esse título em recompensa de relevantes serviços prestados à UPN); **Honorários** (pessoas que, embora não pertencessem ao quadro social, se tornassem merecedoras do título por notáveis serviços prestados à sociedade ou ao ideal de proteger a natureza); **Correspondentes** (pessoa reconhecidamente dedicada aos assuntos de proteção à natureza, residente no País ou no estrangeiro).

Todo associado deveria comprometer-se a cumprir o juramento de proteção, elaborado por Roessler⁵. Essa era a primeira “obrigação” dos sócios. Eles não eram pessoalmente responsáveis pelos atos praticados e obrigações assumidas pela Diretoria. O caráter da Entidade ficava bem claro no Estatuto: não era o de promover debates políticos, sendo suas dependências destinadas a discutir assuntos afins com sua finalidade de protetora da natureza.

Em palestra proferida em 05 de setembro de 1957, na Fundação Evangélica de Novo Hamburgo, Roessler explicou que resolveu fundar a UPN

nos moldes de entidades semelhantes existentes em São Paulo e na Alemanha, com a finalidade de combater a ignorância do povo em assuntos florestais, de orientar a juventude por intermédio de seus educadores, de propagar as idéias de conservação da flora e da fauna na Colônia, onde não chegam jornais e revistas, onde os colonos são esquecidos pelas autoridades (ROESSLER, 1986, p. 94).

Através da UPN, Roessler empreendeu uma campanha educativa nas escolas e entre a população em geral. Ele já tentava conscientizar as pessoas antes, em seu cargo de Delegado Florestal; porém, na entidade,

esse trabalho ganhou força e se tornou sua grande “bandeira”, como forma de garantir a preservação natural para o futuro.

Na data da palestra, setembro de 1957, segundo Roessler, a UPN já contava com 280 sócios. Embora parecesse um grande número, “representa apenas a quarta parte da nossa necessidade para prover 12 mil escolas e 300 mil lares de agricultores existentes no imenso território gaúcho” (p. 94). Além disso, a maioria dos sócios apenas colaborava com dinheiro e apoio moral, sendo passiva. Ele reclamava da falta de colaboradores ATIVOS “que vão para a linha de frente ao nosso lado, agüentar o impacto dos infratores das leis” (p. 94). O trabalho de Roessler era caracterizado pela ação, articulado com panfletos escritos. Para ele a natureza só seria efetivamente protegida se as pessoas participassem, fiscalizando diretamente os infratores.

Aliada à falta de participação efetiva da maioria dos sócios, as dificuldades financeiras eram outro impasse nas atividades da UPN. Roessler contou que havia mandado publicar 10 mil livrinhos sobre leis da caça, não fixando preço de venda, mas, sugerindo na última página, que, se a leitura do folheto fosse útil, as pessoas enviassem qualquer donativo à Campanha Educativa da União Protetora da Natureza. Os leitores apreciaram a publicação, afirmando que era muito útil; porém, ele se queixava da falta de auxílio, sequer com um donativo no valor do preço de um cafezinho, que teria sido o custo de cada exemplar, na época Cr\$ 2,00 (Dois cruzeiros). Para Roessler, isso era muito significativo e desalentador, ainda mais porque o valor da contribuição era baixíssimo, muito pouco dinheiro, por uma causa tão nobre. Até mesmo a Secretaria de Educação do Estado aprovou a ideia de Roessler de desenvolver um trabalho educativo nas escolas; entretanto negou qualquer contribuição, alegando que não havia verba específica para esse fim de propaganda. Ela somente se propôs a distribuir

os panfletos em todos os colégios do Estado, caso os recebesse gratuitamente.

Apesar das dificuldades, Roessler não desanimava. A campanha educativa o mobilizava de forma a tentar atingir o máximo de pessoas possível, concentrando nas escolas seu principal foco por entender que, na formação das crianças, estava a chave para o futuro adulto consciente da necessidade de preservar a natureza.

As principais causas defendidas por Roessler foram, além da conscientização ecológica, o reflorestamento, o combate à caça irregular, principalmente aos “passarinheiros”, a poluição dos rios, o combate à pesca predatória, os direitos dos animais e o questionamento da noção de progresso das sociedades. Esses temas eram aprofundados por Roessler em suas crônicas no jornal *Correio do Povo*, semanalmente⁶.

Na UPN, O caráter da campanha educativa mudou, deixou de ser legitimada por documentos oficiais, passando a ser veiculada por panfletos com mensagens mais diretas, reforçadas por desenhos. Ao mesmo tempo em que comandava as atividades da UPN, ele escrevia as crônicas para o *Correio do Povo*. Foi o período de maior autonomia e produção intelectual de Roessler: o auge de seu Projeto de proteção à natureza.

Os Panfletos da UPN

Na maioria dos panfletos, constava a expressão “Campanha Educativa da União Protetora da Natureza”, contendo desenhos do próprio Roessler e mensagens direcionadas essencialmente aos pais, para que educassem seus filhos a não matarem passarinhos, o que era prática comum em vários municípios gaúchos. Sobre essa temática, pode-se ressaltar quatro panfletos bem característicos do trabalho de Roessler.

O primeiro trazia, no alto, a mensagem “Destruir ninhos e matar pássaros é mau passatempo para os jovens”; abaixo, o desenho de um menino com bodoque ao peito e, nas mãos, um ninho de passarinhos, uma gaiola cheia e passarinhos mortos pendurados ao punho. Ao lado dele, Roessler mostrava as maneiras mais usadas para “pegar” os bichinhos: o visgo (com ele se prendiam às árvores e caíam no alçapão); a arapuca, em que o passarinho era atraído por um petisco e acabava ficando preso; o mundéu, que era talvez o mais cruel de todos, pois enforcava a ave. Em letra cursiva, com grande dimensão, estava escrito abaixo do desenho: “Responsáveis são os pais” e, em seguida, “porque, relaxando a educação dos filhos, criam malfeitores”. Uma última frase era destinada aos professores: “Aos mestres cabe a sublime missão de despertar e desenvolver na juventude o respeito e o amor à natureza”.



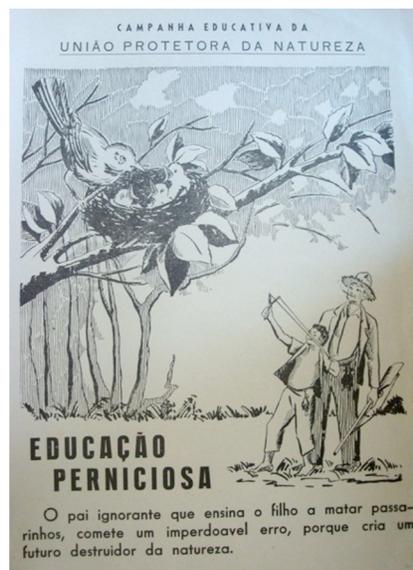
Responsáveis são os pais

Fonte: Arquivo Particular de Henrique Roessler, Caixa 01, Maço 7, AHRS.

Roessler tentava despertar compaixão pelos animaizinhos, através de seus desenhos. As cenas cruéis, como do passarinho enfor-

cado, pareciam ter a finalidade de chocar as pessoas, intencionalmente. A cultura da caça aos passarinhos estava tão enraizada, principalmente nos municípios de colonização italiana, que o desenhista tinha que apelar para o lado sentimental da geração descendente dos imigrantes. Como se pode ver nesse panfleto, as mensagens eram direcionadas para as crianças e jovens, para os pais, e também para os professores. Ele tentava abarcar o máximo de pessoas possível, de preferência as que podiam influenciar na educação dos infantes.

O segundo panfleto, a ser examinado, é o que mostrava um menino segurando o bodoque em posição de tiro, na direção de um ninho de passarinhos, onde a mãe alimentava os filhotes. Atrás do garoto, seu pai o acompanhava de espingarda na mão e os dois – pai e filho – já tinham dependurados na cinta passarinhos mortos. Roessler sabia que os pais incentivavam os filhos a matarem as aves, e confeccionou esse panfleto, direcionado exclusivamente para eles, com os dizeres: “Educação perniciosa – O pai ig-



Educação perniciosa

Fonte: Arquivo Privado de Maria Luiza Roessler.

norante que ensina o filho a matar passarinhos comete um imperdoável erro, porque cria um futuro destruidor da natureza”. Apesar do tom rude, nota-se a preocupação de Roessler com a educação para garantir o futuro. Nesse panfleto e em outros escritos, ele fazia referência à necessidade de se educar as crianças para serem cidadãos conscientes no futuro. Essa noção se aproxima do conceito atual de Educação ambiental, aliado com a questão do desenvolvimento sustentável⁷.

Outro panfleto interessante era o que continha no cabeçalho a mensagem “Fundas não”, e o desenho de vários prejuízos que elas podiam causar à sociedade: matança de passarinhos, vidraças e lâmpadas quebradas, animais maltratados, placas estragadas, olhos vazados. Roessler queria, nesse impresso, chamar a atenção da população em geral para as várias consequências do uso das fundas, e não só da matança de passarinhos, talvez para ganhar a simpatia e apoio da sociedade e do Poder público. Por exemplo, uma dona de casa detestaria ter suas vidraças quebradas,



Fundas não

Fonte: Arquivo Particular de Henrique Roessler, Caixa 01, Maço 7, AHRS.

e qualquer pessoa que fosse pega de surpresa por uma “pedrada perdida” e tivesse os olhos vazados ou qualquer outra lesão, entraria na luta contra os malfadados bодоques. Com isso, Roessler conquistava aliados e, conseqüentemente, uma esperança de vitória, pois, se o uso de fundas diminuísse, também diminuiria o número de passarinhos mortos.

Também significativo era o folheto “Mais pássaros – melhores colheitas”, cuja montagem alia fotos, desenhos e mensagens educativas, para convencer, principalmente os agricultores, do prejuízo que a morte dos passarinhos representaria. Enumerando seis argumentos para defender os pássaros, primeiro Roessler falava de “quanto amor há nos ninhos”, como “símbolos de liberdade, plenos de vida e alegria”, abaixo da foto de um casal de passarinhos, elemento capaz de sensibilizar as pessoas. O segundo ponto discorria sobre a “matança das avezinhas”, mesmo sua caça sendo proibida. O terceiro argumento era ressaltado pela foto do prato “passarinhada com polenta”, característico das tradições italianas, obtido através das “passarinhas” (caçadas a passarinhos), que causavam, segundo Roessler, “incalculáveis prejuízos à agricultura e pecuária em geral e à Economia Nacional, pela diminuição da produção de alimentos, resultante das doenças e mortes de animais, frutas bichadas e cereais roídos pelas pragas de insetos daninhos”. Em quarto lugar, os “insetos nocivos”, em virtude da matança dos pássaros, proliferavam-se, levando “os colonos e o Governo a gastar anualmente muitos milhões de cruzeiros em inseticidas para combater as pragas de larvas e insetos roedores e sugadores das plantas e transmissores das doenças dos animais”. E, para reforçar sua tese, acima da mensagem constavam desenhos de vários tipos de insetos prejudiciais à lavoura. Para Roessler, a morte de passarinhos era um duplo prejuízo, pois além da perda do combate natural às pragas, ainda levava ao emprego de inse-

ticidas que contaminavam os alimentos. O quinto ponto, amparado pelo desenho de um pássaro com um inseto no bico, reforçava os argumentos anteriores, comparando “bico de pássaro ou veneno”: o bico seria muito mais eficaz, alcançando “os insetos escondidos debaixo das folhas e cascas”. O último ponto, encerrando a “moral da história”, era a condenação dos autores das matanças, das “passarinhas”. De modo geral, pode-se inferir que o argumento principal, recorrente em vários panfletos e crônicas do autor, era a utilidade das avezinhas para a lavoura. Elas poderiam fazer o combate às pragas de maneira mais eficaz que os venenos, e sem cobrar nada.



Mais pássaros, melhores colheitas

Fonte: Arquivo de Henrique Roessler, Caixa 1, MVSL.

Sobre a caça, havia dois panfletos que merecem destaque. O primeiro mostrava o desenho de um caçador, empunhando uma arma na direção de sabiás pousados numa árvore, com os dizeres: “O que diz a lei sobre o que você está fazendo?”. E abaixo: “Resposta – veja art. 11º do código de caça – páginas 4 e 5”. Roessler se referia ao livrinho mencionado anteriormente, na palestra

da Fundação Evangélica, que confeccionou contendo “extratos de legislação interessante para caçadores, proprietários rurais, educadores, fiscais de caça, protetores de animais silvestres e amantes da natureza” (LIVRETO UPN, s/data). O referido artigo da Lei dispõe, transcrito em letras maiúsculas, que

“É proibida a caça de animais úteis à agricultura, pombos correio, pássaros canoros e insetívoros e de pequeno porte, aves ornamentais e as espécies raras, em qualquer época do ano e sob qualquer pretexto” (ROESSLER, s/data, p. 4-5).

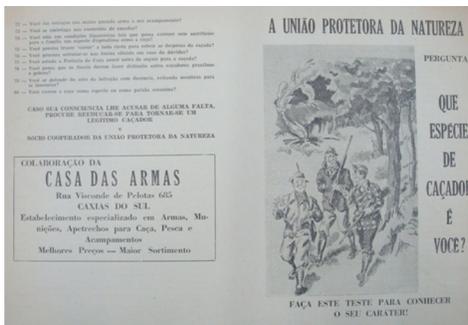


O que diz a lei sobre o que você está fazendo?

Fonte: Arquivo de Henrique Roessler, Caixa 1, MVSL.

Constava ainda uma observação – texto de Roessler - reforçando a necessidade de proteção “dos animais úteis e raros, especialmente dos pássaros destruidores de insetos, em benefício da agricultura”. E novamente ressaltado em letras maiúsculas “PASSARINHO NÃO É CAÇA”. Ele recomendava aos caçadores que, antes de usarem a arma, lessem a “Portaria Anual da Caça”. No panfleto citado, Roessler se utilizava da Lei de Caça, no caso o artigo 11º, para legitimar sua advertência aos caçadores de passarinho. O segundo panfleto a enfatizar era um teste para o caçador se conhecer melhor. Intitulado “Que espécie de caçador é você?”, continha 80 perguntas que permitiam verificar se o indivíduo caçava de acordo com as leis ou não. As questões visavam a que o caçador

fizesse uma espécie de exame de consciência, para ver se estava agindo corretamente em sua caça, de acordo com as leis, ou praticando contravenções. Ao final das questões, Roessler convidava o caçador a “reeducar-se para tornar-se um legítimo caçador” e, ainda um segundo convite, a “sócio cooperador da União Protetora da Natureza”. É importante notar que a “Casa das Armas” patrocinou o panfleto. Na verdade, Roessler não era contrário à caça, desde que fosse responsável e dentro das regras da Lei.

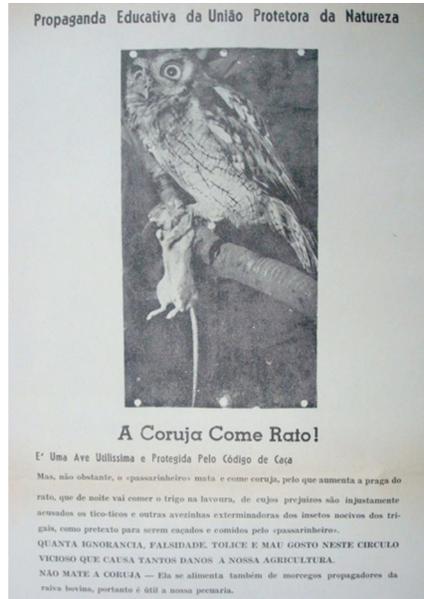


Que espécie de caçador é você?

Fonte: Arquivo de Henrique Roessler, Caixa 1, MVSL.

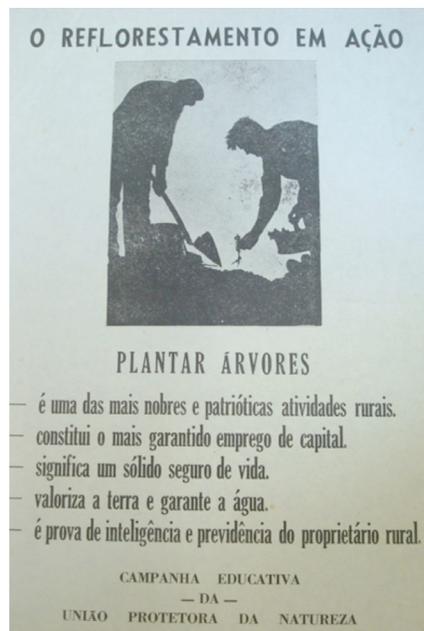
A coruja foi defendida por Roessler, através de um panfleto da UPN, que trazia estampada a foto de um destes animais, segurando um rato em suas garras. Abaixo, a frase, em destaque, “A coruja come rato!” alertava a população da utilidade da ave como exterminadora da praga. Porém, “o ‘passarinheiro’ mata e come a coruja”, fazendo com que aumentasse o número de ratos, “que de noite vão comer o trigo na lavoura, de cujos prejuízos são injustamente acusados os tico-ticos, e outras avezinhas exterminadoras dos insetos nocivos aos trigais, como pretexto para serem caçados e comidos pelo ‘passarinheiro’”. Roessler explicava, no panfleto, a cadeia de prejuízos promovida pela matança das corujas. Ele percebia que o sistema estava interligado; quando uma espécie predadora diminui, é normal que a presa se reproduza com facilidade. No caso,

os ratos eram beneficiados; entretanto, isso causava a depredação da lavoura, que depois era creditada aos passarinhos, como desculpa para sua caça.



A coruja come rato!

Fonte: Arquivo de Henrique Roessler, Caixa 1, MVSL.



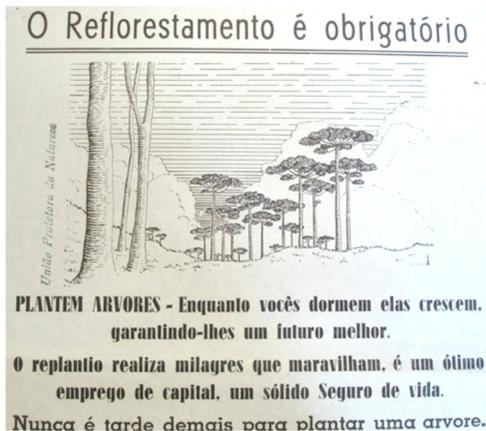
O reflorestamento em ação

Fonte: Arquivo Particular de Henrique Roessler, Caixa 01, Maço 07, AHRS.

Sobre a temática florestal, pode-se destacar dois panfletos. Um deles, “o reflorestamento em ação”, trazia o desenho, em forma de sombras, de dois homens: um deles de enxada na mão, provavelmente cavando o buraco; e o outro colocando uma muda de árvore no solo.

A mensagem listava cinco vantagens em “plantar árvores: é um das mais nobres e patrióticas atividades rurais; constitui o mais garantido emprego de capital (significa um sólido seguro de vida); valoriza a terra e garante a água; é prova de inteligência e previdência do proprietário rural”.

O outro panfleto em destaque é o que trazia no cabeçalho “O reflorestamento é obrigatório” e, abaixo, o desenho de uma mata de araucárias. Era voltado à conscientização do benefício que o reflorestamento representava, por si só: “plante árvores – enquanto vocês dormem elas crescem, garantindo-lhes um futuro melhor”, e “nunca é tarde demais para plantar uma árvore”. Roessler enfatizava as vantagens do ato de reflorestar, “que realiza milagres que maravilham, é um ótimo emprego de capital, um sólido seguro de vida”. Nos dois panfletos acima, ele tentou mostrar o lado prático, útil, da preservação da natureza, pois, do contrário, talvez as pessoas não se interessassem pelo assunto.



O reflorestamento é obrigatório

Fonte: Arquivo Particular de Henrique Roessler, Caixa 01, Maço 7, AHRs.

Assunto habitual nos escritos de Roessler, a pesca foi tema de panfletos muito interessantes. Um deles, “A ruína da pesca” apresentava um dispositivo para impedir que os filhotes de peixe entrassem na lavoura. Segundo o folheto, o aparelho protetor era “exigido desde 1937 pela Lei”. Ele consistia numa caixa de tela com malhas de 1 centímetro quadrado, acoplada na válvula de sucção das bombas de irrigação nas plantações de arroz. A ação de cerca de 2.000 bombas desprovidas do dispositivo de proteção causava o extermínio de peixes (alevinos – ovos, filhotes) nos arrozais.



A ruína da pesca

Fonte: Arquivo privado de Maria Luiza Roessler

Esse panfleto apresentava o desenho de como ficaria adaptado o aparelho na válvula e também de como a bomba sugaria os peixes pequenos, de até 20 centímetros, se não contasse com a tela protetora. Ao que indicava a ilustração, seria bem fácil e barata sua instalação; porém, era raríssimo algum agricultor cumprir a Lei. Numa crônica, de 28 de abril de 1961, Roessler relatou que “nem 1% dos orizicultores adaptava aparelhos protetores da fauna aquática nos ralos das bombas” (1986, p. 164).

As desculpas em geral eram que o agricultor ignorava a Lei, ou que não teve tempo, ou que esqueceu, a enchente carregou a tela,... Alguns queriam mesmo que os peixinhos entrassem, para servir como adubo, ou para alimentar seus porcos. O descumprimento da norma era tão comum, que Roessler chegou a destacar, na crônica citada, um único plantador de arroz que cumpria com rigor o que a Lei determinava.

Considerações finais

Dentre as “causas” defendidas por Roessler na UPN, a que motivou mais panfletos, pelo número de documentos encontrados nos arquivos, foi a questão da caça aos passarinhos. Foi também a que mobilizou maior energia para as perseguições que ele realizava pessoalmente, acompanhado de seus colaboradores.

Nos panfletos de Roessler, percebe-se um grande esforço para alertar a população dos problemas ambientais vividos na época, os anos 1940-50-60. Suas mensagens, de caráter explicitamente educativo, podem ser caracterizadas como um esforço de promover Educação ambiental. Não exatamente entendida como hoje, no século XXI, porém

contendo alguns elementos representativos da Educação ambiental.

Percebe-se toda uma intencionalidade no preparo dos materiais da UPN. Há uma estratégia de convencimento por trás da confecção dos panfletos. Em alguns casos, a mescla de desenhos, fotos e mensagens escritas visava a emocionar e, em outros, o objetivo parecia ser chocar as pessoas, mostrando a crueldade do ato de matar passarinhos. Aliada às imagens, a linguagem, muitas vezes dura, objetivava convencer a população, mostrando as vantagens econômicas da preservação, além do valor intrínseco que ele atribuía à natureza.

Dentre as características de Educação ambiental, segundo a UNESCO (1978)⁸, pode-se destacar, nos panfletos da UPN, que havia um sentido global em seu projeto educativo, ao perceber que os seres vivos estão interligados e dependem uns dos outros para sobreviver. Havia, também, a proposta de uma melhor relação entre o homem e a natureza, cuja separação, por causa do progresso acelerado, era causadora dos problemas ambientais. A ação, uma das características da Educação ambiental, era fundamental no trabalho de Roessler, aliada à produção escrita. E essa ação era direcionada para problemas reais e concretos (que ele conhecia bem,) no Rio Grande do Sul.

Outro ponto importante é que os panfletos da UPN conclamavam a participação popular, na denúncia e na própria perseguição aos infratores. Entretanto, o elemento mais importante que emerge do conteúdo dos panfletos é o caráter educativo. Roessler acreditava no poder da Educação. Vários de seus folhetos eram direcionados a professores, pais e alunos, na esperança de que uma ação conjunta pudesse formar pessoas mais conscientes no futuro. Só assim a natureza e, principalmente os passarinhos, teriam uma chance.

NOTAS

- ¹ O Decreto-Lei 982, de 23 de dezembro de 1938, criava vários órgãos, subordinados ao Ministério da Agricultura; dentre eles o Serviço Florestal (Art. 1º, IV), que integraria uma seção já existente, a “Segunda Seção - Reflorestamento e Hortos Florestais, do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, do D.N.P.V., e Jardim Botânico, do Instituto de Biologia Vegetal, do mesmo Departamento” (BRASIL, Decreto-Lei 982, 23/12/1938). Em 26 de julho de 1939, o Decreto nº 4439 estabeleceu o regimento do Serviço Florestal, que tinha, como funções principais “a proteção das florestas do país, sua guarda e conservação, de acordo com o Código Florestal, o fomento da silvicultura e a organização de parques nacionais, de reservas florestais e de florestas típicas” (BRASIL, Decreto 4439, 26/07/1939).
- ² Aqui se pode destacar os municípios de colonização italiana, especialmente Caxias do Sul e Bento Gonçalves, região onde havia grandes caçadas a passarinhos, para a elaboração do prato “passarinhada com polenta e molho”, um costume italiano, surgido da abundância de pássaros e da necessidade de alimentação (DE BONI, COSTA, 1979, p. 170-71), que Roessler combateu fortemente, pela ação direta como fiscal e, depois, através da UPN, na campanha educativa e nos textos que publicou no jornal *Correio do Povo*.
- ³ Para efeitos deste artigo, o critério de seleção foi privilegiar os panfletos em que constasse “Campanha educativa da UPN” e os temas tratados, na tentativa de oferecer uma amostragem variada do material produzido pela Entidade.
- ⁴ Daniel Prado, em sua Tese de Doutorado em Educação Ambiental, analisa crônicas selecionadas de Roessler. Para Prado, “os escritos e as ações de Henrique Luiz Roessler, relativizados em seu tempo e imbuídos dos valores de sua própria época, configuram-se como atividades situadas no campo da educação ambiental informal, contemplando, não raras vezes, os fundamentos que estão na base da educação ambiental contemporânea” (PRADO, 2008, p. 187-88).
- ⁵ Texto do juramento: “Juro solenemente como filho do Brasil, orgulhoso de suas belezas e riquezas naturais, zelar pelas suas florestas, sítios e campos, protegendo-os contra fogo e devastação, fomentar o reflorestamento, conservar a fertilidade do solo, a pureza das águas e a perenidade das fontes e impedir o extermínio dos animais silvestres, aves e peixes”. Uma cópia desse panfleto foi impressa na edição n 132 do Boletim Renner, onde também se pode encontrar uma extensa reportagem sobre a UPN (BOLETIM RENNER, dez/jan. 1957, MVSL).
- ⁶ Roessler publicou mais de trezentas crônicas, de 15/02/1957 a 22/11/1963. Seus textos saíam, no começo, na seção Assuntos Rurais. A partir de 06/09/1958, com a criação de um suplemento, chamado *Correio do Povo Rural*, seus textos passaram a ser publicados no encarte, que circulou até 15/09/1984. Em 1986, a AGAPAN publicou 95 desses textos, em homenagem a Roessler.
- ⁷ Uma discussão interessante sobre esse conceito encontra-se em BAQUERO, 2007.
- ⁸ Texto da conferência, onde constam características da Educação ambiental, tais como: um sentido global, consciente da interligação dos seres vivos; promoção de uma melhor relação homem-natureza; a necessidade da ação; a participação popular; a Educação como veículo de transmissão da necessidade de se proteger a natureza, entre outros.

AUTOR

Elenita Malta Pereira - Licenciada, Bacharel e Mestranda em História pela UFRGS – Bolsista CNPq. E-mail: elenitamalta@gmail.com.br

FONTES

BOLETIM RENNEN. **União Protetora da Natureza**. Museu Visconde de São Leopoldo (MVSL). Caixa 1, s/data.

ESTATUTOS. **União Protetora da Natureza**. MVSL, Caixa 01, 1º de janeiro de 1955.

LIVRETO UPN. **Legislação sobre caça**. MVSL, caixa 01, s/data.

PANFLETOS UPN. **A coruja come rato!; Mais pássaros – melhores colheitas; O que diz a lei sobre o que você está fazendo?; Que espécie de caçador é você?** MVSL. Caixa 01, s/data.

PANFLETOS UPN. **A ruína da pesca; Educação pernicioso**. Arquivo Particular de Maria Luiza Roessler (neta de Henrique Roessler), s/data.

PANFLETOS UPN. **Destruir ninhos e matar pássaros é mau passatempo para os jovens; Fundas não; O reflorestamento é obrigatório; O reflorestamento em ação**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Caixa 01, Maço 7, s/data.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello. **Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 982. 23 de dezembro de 1938. Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura. **Câmara dos Deputados**. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-982-23-dezembro-1938-350702-publicacao-1-pe.html>> Acesso em: 26 out. 2009.

BRASIL. Decreto Nº 4439. 26 de julho de 1939. Aprova o Regimento do Serviço Florestal. **Senado Federal**. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=5050>> Acesso em: 26 out. 2009>.

BRASIL. Decreto Nº 23.793. 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. **Presidência da República – Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm> Acesso em: 26 out. 2009>.

BRASIL. Lei Nº 1.711. 28 de outubro de 1952. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. **Presidência da República – Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1711.htm> Acesso em: out. 2009.

CARVALHO, Isabel. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. IN: LOUREIRO, Carlos Frederico et. al. (orgs.). **Sociedade e Meio Ambiente: Educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2001.
- CENTENO, Ayrton. **Roessler: o primeiro ecopolítico**. Porto Alegre: Já Editores, 2006.
- DE BONI, Luis A., COSTA, Rovílio. Os italianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Editora Gaia, 1992.
- HORTA, Regina Duarte. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org). **Educação ambiental: Reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- PRADO, Daniel. **A fogueira e o machado**. Raízes da educação ambiental no Sul do Brasil: Práticas educativas e militância ambiental na perspectiva do cronista Henrique Luiz Roessler. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – PPGA, FURG, Rio Grande, 2008.
- REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 11.520, de 03 de agosto de 2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente. **Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.sema.rs.gov.br. Acesso em: 29 out. 2009>.
- ROESSLER, Maria Luiza. **O homem do Rio**. Porto Alegre: AGE, 1999.
- ROESSLER, Henrique Luiz. **O Rio Grande do Sul e a Ecologia – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1986.
- RUSCHEINSKY, Aloisio (org). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- UNESCO, **Conferencia intergubernamental sobre educación ambiental**. Informe Final, Tbilisi-URSS, Informe ED/MD, nº 49, Paris, 1978.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.
- VIANNA, Maurício Boratto. A contribuição parlamentar para a política florestal no Brasil. In: **Consultoria Legislativa**. Brasília, Câmara dos Deputados, set. 2004.